

Minúcia e cautela na hora de redigir

31/7/89

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

Um trabalho minucioso, que exige muita paciência, atenção e sobretudo cautela. É esta a maior preocupação do relator Bernardo Cabral, que há várias semanas, está empenhado na revisão do texto aprovado no primeiro turno de votações da Assembléia Constituinte.

Para revisar mais de 300 artigos, o relator adotou critérios de técnica legislativa. O primeiro deles, quando se trata de um artigo enumerativo. Ou seja, no caso de artigos que enumeram vários itens, em seu texto. Cabral decidiu subdividir os assuntos em incisos, dando novo reordenamento, objetivando maior clareza na interpretação. Também há um esforço de reorganizar o texto, reduzindo-o. Bernardo Cabral e seus relatores-adjuntos pretendem reduzir 30 artigos do texto permanente. Assim, os 265 artigos aprovados no primeiro turno podem se limitar a 235.

Outra preocupação é que os parágrafos somente expressem um tema que esteja inteiramente subordinado ao caput do artigo. Caso contrário, pode ser transformado em novo artigo. Por exemplo: se o caput refere-se a governador e o parágrafo trata de prefeito, este será um novo artigo. O inverso poderá ocorrer, quando um artigo subsequente estiver subordinado ao anterior. O artigo posterior poderá, então, ser transformado em parágrafo do artigo anterior.

Eliminar a formulação que tenha ponto final de oração no meio ou no corpo do artigo, ou ponto e vírgula interno ao corpo do artigo. Essa é outra questão que está sendo analisada pelos relatores. Segundo explicou o relator-adjunto senador José Fogaça, o texto do artigo, para dar maior clareza, só poderá ter um período e, por isso, a equipe está trabalhando na reelaboração das frases ou optando pela subdivisão em parágrafos, em casos como este.

Os relatores também pretendem dar um certo remanejamento a determinados artigos. Passar alguns que estão no texto permanente, para as Disposições Transitórias, pelo caráter provisório. O inverso também pode acontecer, como é o caso de uma emenda aprovada, nas Disposições Transitórias determinando que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias e a lei fixará as datas cívicas de alta significação. "Quando é que isto vai acabar? Nunca, certamente, e por isso devem estar no texto permanente e no capítulo da Educação", afirma Fogaça.

Alguns fatos curiosos — e até absurdos — estão ocorrendo. É o caso de algumas emendas que foram aprovadas com texto tão contraditório que abrem a possibilidade de três opções. Fogaça não quis citar nenhum exemplo específico, mas não se negou a apresentar um

teórico. "No caso de uma emenda tratando do Finsocial, o problema da linguagem pode suscitar dúvidas sobre seus recursos — se ficam todos para a seguridade ou parte deles, para a merenda escolar". Quando ocorre uma situação dessas, o relator Bernardo Cabral está tendo a preocupação de consultar o autor da emenda para esclarecer a intenção original. Se não for possível encontrar uma solução, está sendo sugerida a apresentação de emenda corretiva no segundo turno. A sugestão é dada ao autor, no caso de emenda individual, ou as lideranças, quando se trata de fusão aprovada.

Os relatores também estão recomendando aos autores a apresentação de emendas quando o texto aprovado estiver contraditório. O item III do artigo terceiro, por exemplo, afirma: "...erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e as regiões". "A Constituição não pode falar em desigualdade entre pessoas, porque essas desigualdades existem — umas são negras, outras brancas; umas ricas, outras pobres; umas altas, outras baixas", ironizou José Fogaça. Ele entende que deverá ser apresentada uma emenda de correção propondo "desigualdades sociais e regionais".

Os relatores estão trabalhando mais intensamente em todas essas questões desde a quinta-feira passada. Nesse mesmo dia à noite, cada um, isoladamente, fez um revisão global do texto. Na sexta-feira, voltaram a se encontrar para elaborar um levantamento geral. Até o final da tarde, Fogaça ainda não havia recebido os últimos capítulos das Disposições Transitórias aprovados recentemente. De qualquer forma, os relatores pretendem concluir todo o trabalho de revisão até amanhã. O trabalho conta também com o apoio de membros da Comissão de Redação Final (que está paralisada), especialmente do senador Afonso Arinos, que sugeriu uma série de correções.

Segundo o relator-adjunto, a negociação será menos flexível no segundo turno. Ele explica que para se chegar a um acordo até passava-se por cima do regimento, desde que a maioria concordasse com isso. O texto do capítulo sobre as comunicações, por exemplo, foi alterado 15 ou 16 vezes, em quase 25 horas corridas de negociação, até que se chegou ao acordo. "A gente colocava as idéias numa espécie de forno e elevava a temperatura ao máximo, até que se atingisse o ponto de fusão. Depois dissolvia as idéias e fundia noutra dimensão. Era o que acontecia", ilustra Fogaça.

— Agora não será mais possível agir dessa forma. A gente vai ser obrigado a dizer assim: "Aceitamos conceder tal ponto, desde que nos concedam em troca suprimir o ponto X. Será o mais possível que conseguiremos — explica o relator-adjunto da Constituinte.